

**Unidade Curricular: 9242508 – Direito Tributário**

Ano 1

Semestre 2

Área CNAEF: 380

ECTS: 6,00

Tipo de Unidade Curricular: Obrigatória

Modo de Ensino: Presencial

Língua de Trabalho: Português

DOCENTE RESPONSÁVEL: Hugo Cunha Lança

**TEMPO DE TRABALHO DO ESTUDANTE EM HORAS**

HORAS TOTAIS	Horas de Contacto								Horas de Trabalho Autónomo
	Ensino teórico (T)	Ensino teórico- prático (TP)	Ensino prático e laboratorial (PL)	Trabalho de campo (TC)	Seminário (S)	Estágio (E)	Orientação tutorial (OT)	Outra (O)	
150		45	30						75

Pré-requisitos (se aplicável): Não Aplicável

**OBJETIVOS EDUCACIONAIS / RESULTADOS DE APRENDIZAGEM**

Procura-se que o discente, no final da u.c.:

- 1) Determine os princípios fundamentais sobre a teoria geral do imposto e os seus princípios gerais;
- 2) Conheça os elementos da relação jurídico-tributária e saiba enquadrar qualquer problemática dentro do respectivo elemento;
- 3) Saiba os principais impostos existentes em Portugal, com especial importância para a tributação do património e as respectivas incidências, tanto objectivas como subjectivas;
- 4) Consiga destrinçar os procedimentos e processos existentes no ordenamento jurídico-tributário e saiba a diferença entre todos e quando devem ser utilizados pelos obrigados tributários.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

I. Teoria Geral do Imposto

1. Noção de Direito Tributário
2. Princípios da Tributação
3. O imposto e algumas denominadas figuras afins
4. Relação Jurídica Fiscal e Teoria Geral do Imposto

II. Principais Impostos do Sistema Fiscal Português

1. Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)
2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
3. Imposto do Selo (IS)
4. Imposto sobre o rendimento (IRS e IRC)
5. Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)

III. Procedimento e Processo Tributário

- 1.Noções e Princípios jurídicos - objectivo 4
2. Procedimentos Impugnatórios Graciosos - objectivo 4
3. Impugnação Judicial - objectivo 4
4. Execução Fiscal - objectivo 4

## **DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**

### I. Teoria Geral do Imposto

1. Noção de Direito Tributário - objectivo 1
2. Princípios da Tributação - objectivo 1
3. O imposto e algumas denominadas figuras afins - objectivo 2
4. Relação Jurídica Fiscal e Teoria Geral do Imposto - objectivo 2

### II. Principais Impostos do Sistema Fiscal Português

- 1.Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) - objectivo 3
- 2.Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - objectivo 3
3. Imposto do Selo (IS) - objectivo 3
- 4.Imposto sobre o rendimento (IRS e IRC) - objectivo 3

### III. Procedimento e Processo Tributário

1. Noções e Princípios jurídicos - objectivo 4
2. Procedimentos Impugnatórios Graciosos - objectivo 4
3. Impugnação Judicial - objectivo 4
4. Execução Fiscal - objectivo 4

## **MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia).

Apresentação e discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos.

Análise de decisões judiciais, através de um debate orientado com os alunos.

Simulação de actividades.

## **DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DAS APRENDIZAGENS\***

Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia) - objectivos 1 a 4

Apresentação e discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos - objectivos 1 a 4

Análise de decisões judiciais, através de um debate orientado com os alunos - objectivos 2 a 4

Simulação de actividades - objectivos 1 a 4

## **MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Existem três épocas de avaliação distintas: (i) Avaliação Contínua; (ii) Avaliação por Exame Final; e (iii) Época de Recurso.

1) Avaliação contínua: através da realização de um teste, um trabalho e de uma prova oral, com os requisitos e ponderações constantes do Guia de Funcionamento. Da soma destes elementos de avaliação resultará uma nota que é suscetível de recurso ou de melhoria em época de recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

2) Avaliação final: através da realização de uma prova escrita ( Caso Prático) e de um exame oral. A realização desta prova escrita e exame oral não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua. A nota obtida nesta fase é suscetível de recurso ou de melhoria em Época de Recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

3) Época de Recurso: através da realização de um exame oral que conta 100% da nota. A realização deste exame não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua.

## **BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL**

PRINCIPAL:

Ana Paula Dourado, Direito Fiscal - Lições, 2ª Edição, Almedina, 2020;

Casalta Nabais, Direito Fiscal, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, 2019;

Luís Manuel Pica, A Tributação do Património numa Perspetiva Contratual, Nova Causa Editora, 2020.

COMPLEMENTAR:

- Joaquim Freitas da Rocha e Hugo Flores da Silva, Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária, Almedina, 2017;

- Sérgio Vasques, Manual de Direito Fiscal;

- João Ricardo Catarino e Vasco Branco Guimarães, Fiscalidade, 6ª Edição, Almedina, 2018;

- António Santos Rocha, Eduardo José Martins Brás, Tributação do Património - IMI - IMT e Imposto do Selo (Anotados e Comentados), 2ª Edição, Almedina, 2018.

-Glória Teixeira, Manual de Direito Fiscal, 5ª Edição, Almedina, 2018;

- Jónatas E. M. Machado e Paulo Nogueira da Costa, Manual de Direito Fiscal, 3ª Edição, Almedina, 2019.

- João Ribeiro Durão, Guia dos Impostos em Portugal -2020, Quid Juris, 2020

- Joaquim Freitas da Rocha, Lições de Procedimento e Processo Tributário, 7ª Ed

Ano letivo de entrada em vigor: 2021/2022 | Data de aprovação em Conselho Técnico-Científico: